

23 ABR 1987

CORREIO BRAZILIENSE

BRAZILIENSE

# Serra defende o consumidor pobre

É muito difícil a uma população que mal possui dinheiro para comprar alimentos preocupar-se com qualidade e os direitos que possui para brigar por isso. Com uma brilhante exposição baseando-se neste ponto, o deputado José Serra (PMDB/SP) abriu ontem o segundo dia de conferências do 8º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, que está sendo realizado no auditório do Centro de Convenções. Falaram ainda sobre o tema o Consumidor na Constituinte os parlamentares Mário Covas (PMDB/SP), Maria de Lourdes Abadia (PFL/DF) e Victor Faccioni (PDS/RS).

A importância do evento para Brasília, conforme explicou a diretora do Procon, Elisa Martins, é que poderá influenciar na decisão da Organização Internacional de Organizações de Defesa do Consumidor (IOCU) de escolher a cidade como sua sede representante na América Latina. O governador José Aparecido já manifestou total apoio à ideia ao representante do órgão, José Vargas, que participa do encontro.

O objetivo da IOCU é unir em um só órgão os problemas e soluções dos consumidores de todo o mundo, possibilitando a total troca de informações e experiências. Outra cidade que está na briga para abrigar a sede é São Paulo, a primeira a instalar uma Secretaria de Defesa do Consumidor.

Embora sem a presença de consumidores, apesar de a inscrição ser gratuita e aberta a qualquer pessoa, os parlamentares esforçaram-se por fazer exposições sucintas e claras, prometendo apoio à luta dos Procons na Constituinte. Depois

da abertura pelo presidente da mesa, senador Pompeu de Souza, (PMDB-DF), tomou o microfone o deputado José Serra, lembrando que a luta pela defesa do consumidor no Brasil ainda é muito incipiente.

José Serra baseou-se em três pontos básicos que devem ser levados em conta na formulação da Constituinte. O primeiro é a falta de condições financeiras do povo: "É muito difícil que uma população que mal consome se preocupe com a qualidade e seus direitos", disse. O segundo é a economia inflacionária, diminuindo a possibilidade de escolha, restando ao comprador apenas o protesto. "Em países de economia estável, o consumidor pode fazer sua escolha, optando por preços baratos e locais organizados e limpos. E dessa forma que se proporciona a concorrência entre empresas para prestar melhor serviço", esclarece.

O terceiro ponto fundamental para o deputado paulista é o aspecto cultural. Segundo ele, o povo brasileiro ainda não está preparado para se defender, sendo preciso intensificar campanhas de educação nesta área. E afirma: "Temos que desenvolver no Brasil o poder de contrabalanço do consumidor".

O peemedebista chegou a ser aplaudido quando exclamou que é preciso criar uma legislação completa de defesa do consumidor, que possibilite ações processuais contra empresas que infringem regras de qualidade. Como exemplo ideal José Serra citou a lei espanhola, com poucos artigos mas eficientes.

O senador Mário Covas (um péssimo consumidor, que precisa da ajuda da esposa para comprar sapatos e meias) re-

forçou a exposição de José Serra citando que é preciso destinar um capítulo especial à comunicação. "Se sequer o cidadão tem a informação de que possui determinado direito, não terá como usá-lo", sintetizou. Covas é autor de uma emenda constitucional para que 30 mil cidadãos possam participar de confecção do texto na nova Constituinte. A ideia é transformar as sugestões em leis permanentes.

Victor Faccione, do PDS gaúcho, foi mais breve em sua exposição e marcou ponto quando lembrou que a defesa do consumidor não se faz contra comerciantes e produtores, "mas contra maus comerciantes e más indústrias". Já a deputada Maria de Lourdes Abadia, confessando-se crua no assunto, preferiu falar da importância popular na Constituinte sob vários outros aspectos.

A tarde foi a vez dos representantes do Ministério Público de diversos Estados discutirem sobre sua atuação junto às entidades de defesa do consumidor. Hoje os temas do terceiro painel prometem esquentar os debates. Antonio Osvaldo Coutinho, diretor do Dinal (Ministério da Saúde), auxiliado pelo presidente do Inmetro, Massao Ito (Ministério da Indústria e Comércio) e o deputado Luiz Carlos Braga da Silveira falará da normatização e controle de qualidade de bens e produtos.

No saguão central de entrada uma exposição permanente do Inmetro mostra balanças e taxímetros fraudados, medidas de comprimento irregulares, tecidos falsificados, pesos enganosos e um vídeo de cinco minutos onde é mostrado o trabalho do órgão no Rio de Janeiro.